

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| ABREVIATURAS E SIGLAS | 21 |
| ▶ CAPÍTULO 1 – NOTÍCIA HISTÓRICA – UTILIZAÇÃO DO MS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO – A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO | 23 |
| 1. A evolução do MS no sistema constitucional..... | 23 |
| 2. Direito líquido e certo – a evolução conceitual | 24 |
| ▶ CAPÍTULO 2 – O MANDADO DE SEGURANÇA NA TEORIA GERAL DO PROCESSO | 29 |
| 1. MS como tutela jurisdicional diferenciada com cognição restrita | 29 |
| 2. A formação de procedimento especial sincrético | 35 |
| ▶ CAPÍTULO 3 – POLÊMICAS EM TORNO DO CONCEITO DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO PARA FINS DE MANDADO DE SEGURANÇA..... | 43 |
| 1. O Direito líquido e certo é condição da ação, pressuposto processual ou o mérito do mandado de segurança? | 43 |
| 2. Decadência no mandado de segurança – a decisão que a decreta e seus limites – simples declaração prejudicial e aproveitamento do prazo | 48 |
| 3. A coisa julgada no mandado de segurança – O cabimento de ação rescisória – a correta interpretação da legislação e das súmulas | 55 |
| 4. Rescisória e sentenças de carência de ação – o caso específico do MS e a teoria da asserção..... | 58 |
| ▶ CAPÍTULO 4 – CONTROLE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS PELO PODER JUDICIÁRIO – O PAPEL DO MANDADO DE SEGURANÇA..... | 63 |
| 1. Momentos e instrumentos de controle dos atos administrativos | 63 |
| 2. O controle de legalidade e mérito do ato administrativo e a existência de limites | 64 |
| ▶ CAPÍTULO 5 – JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DA INICIAL NO MS – A APLICAÇÃO DO ART. 332, DO CPC/15 | 73 |
| 1. Aspectos gerais e a nova feição da improcedência liminar | 73 |
| 2. Aplicação da improcedência liminar no mandado de segurança. | 75 |
| 2.1. Os processos repetitivos e a atuação do magistrado ao receber a petição inicial. A sentença <i>initio litis</i> produz coisa julgada: os limites da cognição judicial | 76 |
| 2.2. A recorribilidade da decisão que determina a citação: o cabimento da resolução superantecipada da lide | 78 |

| | |
|--|------------|
| 2.3. O (in)cabimento do dispositivo ao mandado de segurança: os precedentes judiciais obrigatórios. | 80 |
| ▶ CAPÍTULO 6 – A TUTELA PROVISÓRIA LIMINAR NO MANDADO DE SEGURANÇA | 85 |
| 1. Introdução..... | 85 |
| 2. Acepções da palavra liminar | 85 |
| 3. Breves considerações sobre cautelar e tutela antecipada (inclusive inibitória). | 87 |
| 4. A liminar no mandado de segurança: os requisitos, a obrigatoriedade e a responsabilidade do autor | 91 |
| ▶ CAPÍTULO 7 – A TUTELA PROVISÓRIA LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA: DA EXPECTATIVA DE DIREITO AO DIREITO SUBJETIVO. CANDIDATO APROVADO NO LIMITE DAS VAGAS E QUESTÕES ENVOLVENDO A TEORIA DO FATO CONSUMADO | 99 |
| 1. Aspectos iniciais | 99 |
| 2. Concurso público: o limite entre a expectativa de direito e direito líquido e certo à nomeação EM CASO DE NOVAS VAGAS | 100 |
| 3. Aprovação <i>sub judice</i> . Direito à posse e nomeação ou mera expectativa? | 108 |
| 4. Ainda sobre o candidato aprovado e nomeado <i>sub judice</i> : aplicação da teoria do fato consumado?..... | 110 |
| 4.1. Colisão de grupos de direitos fundamentais – preponderância | 111 |
| 4.2. Solução para a colisão entre direitos fundamentais nos casos de aprovação <i>sub judice</i> . O atraso no julgamento do mandado de segurança como instrumento de estabilização de situação fática..... | 115 |
| ▶ CAPÍTULO 8 – RESTRIÇÕES AO CABIMENTO DE LIMINAR E À EXEQUIBILIDADE IMEDIATA DA SENTENÇA NO MS..... | 125 |
| 1. Características do procedimento do MS. Exequibilidade imediata da sentença e possibilidade de concessão de medida liminar..... | 125 |
| 2. Restrições legais ao cabimento de liminar e à exequibilidade imediata da decisão que concede a segurança – conceitos indeterminados que merecem análise em cada caso concreto..... | 127 |
| 3. Outras restrições ao cabimento de liminar e da própria efetividade da sentença em MS | 132 |
| 4. Liminar concedida X sentença denegatória. Continuidade ou não de seus efeitos: previsão expressa no CPC/15 | 133 |
| 5. Cabimento de recurso contra a liminar no MS | 139 |
| ▶ CAPÍTULO 9 – O PEDIDO DE SUSPENSÃO NO MS – SUA ANÁLISE POLÍTICO-JURÍDICO-ADMINISTRATIVA | 149 |
| 1. Influência política do Executivo no procedimento do pedido de suspensão. | 149 |
| 2. Decisões em mandado de segurança – eficácia (em regra) imediata..... | 151 |
| 3. Natureza Jurídica do pedido de suspensão e hipóteses de cabimento | 153 |

| | |
|--|------------|
| 4. Aspectos procedimentais | 164 |
| ▶ CAPÍTULO 10 – SUSPENSÃO DE DECISÕES JUDICIAIS ENVOLVENDO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS: UM TEMA COM VARIAÇÃO INTERPRETATIVA | 175 |
| 1. Introdução | 175 |
| 2. As ordens judiciais envolvendo fornecimento de medicamentos – Direitos fundamentais em análise | 175 |
| 2.1. O perigo de efeito multiplicador – o juízo de ponderação em casos concretos | 175 |
| 2.2. Os direitos fundamentais e o (in)cabimento de pedido de suspensão: um tema com variação interpretativa | 176 |
| ▶ CAPÍTULO 11 – LEGITIMIDADE E LITISCONSÓRCIO ATIVO NO MS – UM CASO DE SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL NO DIREITO INDIVIDUAL..... | 183 |
| 1. Legitimidade ativa no mandado de segurança individual. Remota possibilidade de sucessão processual. MS impetrado por pessoa jurídica..... | 183 |
| 2. Hipóteses de litisconsórcio ativo no MS e sua limitação | 187 |
| 3. Substituição processual no polo ativo – mais uma hipótese excepcional no sistema processual | 191 |
| ▶ CAPÍTULO 12 – PARTE, LITISCONSÓRCIO PASSIVO E ASSISTÊNCIA..... | 195 |
| 1. Considerações preliminares | 195 |
| 2. Parte e terceiro – conceitos importantes..... | 195 |
| 3. Partes no mandado de segurança..... | 199 |
| 4. Mandado de segurança contra ato judicial. A posição do adversário do impetrante na demanda originária e de terceiros atingidos pela decisão que originou o MS | 206 |
| 5. Litisconsórcio passivo e assistência no mandado de segurança contra ato administrativo..... | 210 |
| 5.1. O beneficiado pelo ato impugnado. Sua posição do mandado de segurança .. | 210 |
| 5.2. Assistência e amicus curiæ no mandado de segurança | 214 |
| ▶ CAPÍTULO 13 – O SISTEMA DE CUMPRIMENTO DAS DECISÕES JUDICIAIS.... | 221 |
| 1. Aspectos preliminares | 221 |
| 2. Breve análise sobre a classificação das sentenças e de outras decisões judiciais. Modalidades de efetivação sem ação de execução autônoma..... | 221 |
| 3. O sistema de cumprimento das decisões contrárias à fazenda pública | 224 |
| 4. O cumprimento das decisões mandamentais proferidas no MS (provisórias e definitivas) | 227 |
| 5. A satisfação da parcela pecuniária decorrente – período litigioso e não litigioso | 236 |
| 6. Execução individual de decisão oriunda de MS coletivo | 239 |
| ▶ CAPÍTULO 14 – ASPECTOS RECURSAIS | 243 |

| | |
|---|------------|
| 1. Legitimidade/interesse recursal: o papel situacional da autoridade coatora e dos terceiros atingidos pela decisão judicial..... | 243 |
| 2. Medidas judiciais cabíveis em face das tutelas provisórias em mandado de segurança processados em 1º grau – Contagem dos prazos (art. 219, do CPC, 15) | 246 |
| 3. Impugnações em face da sentença: apelação, agravo, pedido de suspensão e o cabimento de reexame necessário..... | 248 |
| 4. Recursos contra decisões proferidas em mandado de segurança de competência originária dos tribunais – exaurimento ou não da instância ordinária | 252 |
| 5. Honorários recursais e ampliação de julgamento no âmbito do Mandado de Segurança | 256 |
| ▶ CAPÍTULO 15 – MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA PENAL: ALGUMAS VARIÁVEIS..... | 259 |
| 1. Definição do tema | 259 |
| 2. Natureza jurídica do mandado de segurança e cabimento no processo penal | 259 |
| 3. Consequências processuais decorrentes da admissão do ms em matéria penal | 263 |
| 3.1. Competência – Câmara / Vara Civil ou Criminal?..... | 263 |
| 3.2. Formação de litisconsórcio necessário..... | 264 |
| 3.3. Contagem dos prazos e cabimento de ação rescisória | 266 |
| ▶ CAPÍTULO 16 – A COMPETÊNCIA NO MANDADO DE SEGURANÇA: QUESTÕES CONTROVERTIDAS | 269 |
| 1. Definição do tema | 269 |
| 2. Ato de dirigente de entidade de Ensino Superior | 270 |
| 3. Atos do conselho federal da OAB..... | 273 |
| 4. Decisões dos juizados especiais e respectivas turmas recursais..... | 274 |
| 5. Ato praticado por juiz, desembargador de tribunal Estadual, Federal, Procurador de justiça estadual e dos CNJ e CNMP. Interpretação do art. 102, I, d, n e r, da CF/88 | 276 |
| ▶ CAPÍTULO 17 – MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO OMISSIVO: ASPECTOS LIGADOS À APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO | 281 |
| 1. A falta do ato e a possível violação de direitos..... | 281 |
| 2. O controle da omissão administrativa: limite entre a segurança preventiva e a por omissão | 282 |
| 3. A fluência do prazo de 120 dias para impetração do <i>mandamus</i> : variação interpretativa..... | 283 |
| 4. Caso específico do candidato aprovado em concurso público dentro do número de vagas: segurança por omissão ou preventiva?..... | 287 |
| ▶ CAPÍTULO 18 – POLÊMICAS SOBRE O MS COLETIVO E A LEI 12.016/09 | 293 |
| 1. Introdução | 293 |
| 2. Interesses discutidos: o problema dos difusos e o limite entre o msc e a ação popular | 294 |

| | |
|--|------------|
| 3. A legitimação ativa..... | 297 |
| 4. O direito de renunciar a tutela coletiva e a coisa julgada no msc. (in) constitucionalidade do art. 22 da lei 12.016/09 | 301 |
| ▶ CAPÍTULO 19 – A DESISTÊNCIA NO MANDADO DE SEGURANÇA E A BOA-FÉ PROCESSUAL..... | 305 |
| 1. Colocação do problema..... | 305 |
| 2. A desistência como fenômeno processual: seus momentos, a prevenção e a regulação da boa-fé..... | 305 |
| 3. Desistência recursal regular e do recurso repetitivo | 309 |
| 4. A desistência no mandado de segurança: seus momentos e a análise da interpretação jurisprudencial | 311 |
| ▶ CAPÍTULO 20 – MULTA E MEDIDAS ATÍPICAS: LIMITAÇÃO E CABIMENTO NO MS..... | 317 |
| 1. Introdução | 317 |
| 2. A multa por desobediência de ordem judicial no MS – limitação e exequibilidade ... | 318 |
| 3. Outras medidas atípicas – cabimento no Mandado de segurança..... | 321 |
| 4. A pena pecuniária e outras medidas atípicas por descumprimento de ordem judicial no mandado de segurança: a quem devem ser dirigidas? | 324 |
| ▶ CAPÍTULO 21 – A DECADÊNCIA NO MANDADO DE SEGURANÇA E SUAS VARIÁVEIS..... | 331 |
| 1. Introdução | 331 |
| 2. A decadência no mandado de segurança: análise à luz do direito material..... | 332 |
| 3. A decadência no mandado de segurança preventivo, por omissão e nas parcelas de trato sucessivo..... | 334 |
| ▶ CAPÍTULO 22 – JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS: DO MANDADO DE SEGURANÇA AO VALOR DA MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL | 339 |
| 1. Introdução | 339 |
| 2. O mandado de segurança no sistema dos juizados especiais..... | 340 |
| 3. O uso do MS contra decisão judicial no sistema dos juizados..... | 343 |
| 4. A multa nos juizados especiais: incompetência e variação de entendimento..... | 348 |
| ▶ CAPÍTULO 23 – MANDADO DE SEGURANÇA EM DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL: COMPETÊNCIA E CABIMENTO | 353 |
| 1. Introdução | 353 |
| 2. O mandado de segurança contra ato administrativo na Justiça Eleitoral | 354 |
| 3. Mandado de segurança contra ato judicial eleitoral: cabimento e competência e aplicação do novo CPC | 357 |
| ▶ CAPÍTULO 24 – MANDADO DE SEGURANÇA NA JUSTIÇA DO TRABALHO: REFLEXÕES NECESSÁRIAS | 363 |

| | |
|--|------------|
| 1. Mandado de segurança contra pronunciamento judicial trabalhista. A irrecurribilidade das interlocutórias e os recursos sem efeito suspensivo | 363 |
| 2. Mandado de segurança contra ato administrativo oriundo da justiça do trabalho | 367 |
| ▶ CAPÍTULO 25 – MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL E O CPC/15 | 371 |
| 1. Introdução | 371 |
| 2. Mandado de segurança contra pronunciamento judicial em geral – decisões irrecurribéis ou sujeitas a apelos sem efeito suspensivo – legitimidade e prazo..... | 372 |
| 2.1. Mandado de segurança contra decisão judicial no CPC/15 | 375 |
| 2.1.1. Pronunciamentos de 1º grau e a inexistência de recorribilidade imediata das decisões interlocutórias que não constem no art. 1015, do CPC/15 | 375 |
| 2.1.2. MS em caso de sobrestamento de causas em decorrência do acolhimento do IRDR, da Repercussão Geral e dos Recursos Repetitivos – análise das situações variáveis | 379 |
| ▶ CAPÍTULO 26 – A REMESSA NECESSÁRIA NO MANDADO DE SEGURANÇA E AS MODIFICAÇÕES ADVINDAS DO CPC/15 | 389 |
| 1. Introdução | 389 |
| 2. Remessa necessária no CPC/15: natureza jurídica e efeitos..... | 390 |
| 3. Restrições à remessa necessária e aplicação ao mandado de segurança | 393 |
| 4. Recurso parcial e a remessa necessária em mandado de segurança: aplicação do art. 942 (complementação de julgamento)..... | 397 |
| ▶ CAPÍTULO 27 – O RECURSO DE APELAÇÃO NO CPC/15 E SUA APLICABILIDADE NO MANDADO DE SEGURANÇA | 401 |
| 1. Considerações introdutórias | 401 |
| 2. Efeito suspensivo (<i>legal e judicial</i>) da apelação no MS e a tutela provisória na sentença: o incidente de efeito suspensivo diretamente no tribunal e a aplicação no mandado de segurança (art. 1.059, do CPC/15 c.c. art. 14, §3º, da lei 12.016/09) | 401 |
| 3. Poderes do relator e a primazia do mérito recursal | 408 |
| 4. Julgamento do mérito pelo tribunal e a teoria da causa madura: art. 1.013, do CPC/15 e seu cabimento no MS | 410 |
| ▶ CAPÍTULO 28 – ANEXOS | 419 |
| 1. Enunciados de Súmula da Jurisprudência Dominante do STF sobre mandado de segurança | 419 |
| 2. Lei que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo – nº 12.016, de 07.08.09, publicada em 10.08.09 | 420 |
| 3. Mensagem de veto nº 642, de 07.08.09, publicada em 10.08.09 | 425 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 427 |